

INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 49 - Cruz das Almas (BA) - 18 de Agosto de 2016 - www.apur.org.br

MOBILIZAÇÃO PERMANENTE CONTRA OS ATAQUES AOS DIREITOS E A UNIVERSIDADE PÚBLICA



APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

DIRETORIA DA APUR PLANEJA ATIVIDADES CONTRA OS CORTES NO ORÇAMENTO



A possibilidade de cortes no orçamento das universidades públicas federais deixa claro que estamos diante de mais um ataque ao ensino superior gratuito, e os docentes da UFRB, em parceria com os demais setores da universidade, precisam se mobilizar para barrar esses cortes. Não podemos deixar que o funcionamento da UFRB seja colocado em risco. Por isso, a direção da APUR conclama os docentes a se unirem ao sindicato para organizar uma forte mobilização para o início do próximo semestre.

Para tanto, a direção da APUR já está planejando atividades para assim que o próximo semestre começar. Para discutir a forma de mobilização contra os cortes, será realizada uma assembleia no dia 15 de setembro. Antes da assembleia, haverá reuniões em todos os centros, entre os dias 5 a 14 de setembro. A APUR também solicitou uma reunião com a reitoria da UFRB para discutir a pauta docente e a crise nas universidades. Por fim, a APUR faz um chamado para que nos centros, os colegiados e as instâncias da UFRB realizem debates sobre a crise política e os ataques aos direitos, na semana de integração acadêmica.

Governo prevê um corte de 45% nos recursos das universidades federais
Na semana passada, o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, portal do Ministério da Educação (MEC) que trata do orçamento, publicou a previsão de recursos para 2017. Nela, o governo federal prevê um corte de 45% dos recursos para

investimentos nas universidades públicas federais no ano que vem. No que se refere ao montante estimado para custeio, a previsão é de que haja uma queda de mais ou menos 18%.

As instituições federais de ensino superior, que já vivem uma grave crise financeira (redução de programas, demissão de trabalhadores terceirizados etc), precisa se preparar para funcionar com cerca de R\$350 milhões a menos em 2017. Não vamos esquecer que as universidades federais convivem com os cortes de verbas desde o fim de 2014. Os valores publicados ainda poderão passar por revisão, mas caso isso não ocorra, eles devem ser incorporados ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, que será enviado ao Congresso até o fim deste mês.

Reitoria convoca reunião para discutir a crise do orçamento
Antes do fechamento de nossa matéria, a APUR recebeu um ofício da reitoria da APUR convidando a representação das categorias docente, discente e técnico-administrativo para uma reunião na próxima quarta-feira (24), às 14:30, para discutir a situação orçamentária das universidades públicas e os efeitos na UFRB. A diretoria da APUR considera a atitude louvável, pois é importante que toda a comunidade acadêmica fique ciente do que pode ocorrer na nossa universidade, bem como discutir uma solução para os problemas que possivelmente virão com o corte no orçamento.

REITORIAS DA UFRB E UFBA SE MANIFESTAM CONTRA OS CORTES DE VERBAS



Após o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle, portal do Ministério da Educação (MEC) publicar a previsão de que haveria um corte de 45% dos recursos para investimentos nas universidades públicas federais para 2017; as reitorias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) se manifestaram, em nota, sobre a questão.

A reitoria da UFBA apresenta os efeitos perversos dessa situação. Segundo a nota publicada, a UFBA poderá ser atingida em itens como: Recursos para o funcionamento e manutenção (custeio), reduzidos em 19% na PLOA 2017 em relação ao ano de 2016,

afetando serviços de limpeza, portaria, vigilância, transporte etc.; Redução da ordem de 25,4% nos recursos de capital; Corte proposto no PROEXT-MEC de 49% para a UFBA; Corte de 2,7% em programas de assistência estudantil; entre outras.

Por sua vez, a reitoria da UFRB coloca que os cortes previstos para 2017 na UFRB serão somados aos já feitos em 2015 e 2016 (o contingenciamento nesses dois anos foi de 10% em custeio e 50% em investimentos). Com isso, o corte no orçamento de 2017 dificultará ainda mais a situação da universidade, aumentando os prejuízos. A previsão é de que em 2017 o orçamento da UFRB apresente uma redução de 19,5% do custeio, 49,7% do investimento, resultando em 29,3% em seu total.

A seguir, confirmam as duas notas na íntegra.

NOTA DA REITORIA EM DEFESA DA UFRB E DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A Reitoria da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) manifesta, via essa nota pública, sua preocupação com o atual cenário que se desenha para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e, em especial, àquelas recentemente criadas, que resultam da política de expansão de acesso da juventude brasileira a esse nível de ensino. Essa conjuntura indica, fortemente, que direitos que resultaram de intensa e histórica mobilização da sociedade estão em vias de serem perdidos, provocando, ao invés dos avanços que esperávamos conquistar, retrocessos em diferentes campos.

Segmentos sociais conservadores defendem o fim do ensino superior gratuito, sob a falsa alegação de que a gratuidade é “um mecanismo de injustiça social”, esquecendo que as nossas universidades públicas são responsáveis por quase totalidade do conhecimento produzido no Brasil em diferentes áreas, resultando em desenvolvimento econômico, riqueza, melhoria das condições de vida de nossa população e avanço da democracia, na medida em que apontam para a redução das desigualdades. Estudo recente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) revela que 66,19% dos estudantes matriculados nas IFES têm origem em famílias com renda média de até 1,5 salários e, quando são consideradas apenas as regiões Norte e Nordeste, esse percentual atinge 76,09% e 76,66%, respectivamente.

Ao mesmo tempo, o Poder Executivo interino encaminha ao Congresso Nacional uma alteração das disposições constitucionais, a PEC 241/2016, que institui novo regime fiscal e desresponsabiliza as diversas esferas de poder com o estabelecimento de pisos para gastos com educação e saúde. Uma vez aprovada, essa alteração à Constituição Brasileira, fruto do processo popular constituinte que se abre após o fim do regime militar, inviabilizará a capacidade dos governos para investir nessas áreas essenciais e a consequente perda de direitos já adquiridos.

No último dia 07 de agosto, foi divulgada a proposta preliminar de orçamento para 2017 que anuncia severos cortes dos recursos para investimentos (obras, equipamentos, livros e material permanente) e custeio (manutenção cotidiana). Na UFRB, os cortes previstos para 2017 serão somados aos já realizados em 2015 e 2016, anos cujo contingenciamento foi da ordem de 10% em custeio e 50% em investimentos. Ações de enfrentamento para redução de despesas foram realizadas em 2015 e 2016, com amplo debate e transparência no seio da nossa comunidade acadêmica. Assim, a redução de recursos orçamentários, também em 2017, agravará os prejuízos que já vivenciamos até aqui, o que impõe novas exigências a nossa universidade.

Para o ano de 2017, o orçamento da UFRB traz uma redução de 19,5% do custeio, 49,7% do investimento, resultando em 29,3% em seu total. Estas reduções orçamentárias impactarão as ações de assistência estudantil, em função da redução do valor relativo ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); dificultarão a consolidação dos novos campi e de programas como “Mais Médicos” e “PRONACAMPO” que foram excluídos da peça orçamentária. Outro impacto importante se refere à impossibilidade de manutenção do volume de nossos contratos atuais que são necessários ao funcionamento de nossa universidade e que anualmente sofrem correções nos seus valores em, no mínimo, o índice de inflação.

Os cortes orçamentários anunciados para 2017 pelo governo interino terão efeitos dramáticos para a UFRB. Esse grave momento requer um esforço de compreensão, unidade e interlocução com a comunidade interna e, sobretudo, a comunidade externa, razão de todo o nosso esforço em criar, manter e fazer crescer uma perspectiva de futuro para nossa juventude e para as pessoas desse lugar. O projeto da UFRB, as conquistas da expansão, da interiorização, da criação, difusão e inovação de tecnologia e conhecimento, das ações comunitárias e de extensão, das políticas de permanência e ações afirmativas, da internacionalização representam uma perspectiva para a sociedade que não pode ser fragilizada e, muito menos, abandonada.

Em defesa da UFRB e da universidade inclusiva, livre, autônoma, gratuita e socialmente referenciada, a Reitoria conclama todos os membros de nossa gestão e representantes de nossa comunidade, através das suas instâncias deliberativas, para que possamos, de forma democrática e participativa, deliberar sobre tão grave momento de nossa história.

Cruz das Almas, Bahia, 15 de agosto de 2016.
Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Reitor da UFRB

Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4517-nota-da-reitoria-em-defesa-da-ufrb-e-da-universidade-publica>

REDUÇÃO DO ORÇAMENTO COMPROMETE UNIVERSIDADES FEDERAIS

A mera manutenção do teto seria insuficiente

O Ministério da Educação encaminhou proposta de orçamento para as Universidades Federais para a elaboração do Projeto da Lei Orçamentária Anual, PLOA2017. Os valores apresentados implicam significativa redução dos limites em comparação com o orçamento de 2016. Os números podem variar de instituição a instituição, mas acarretam diminuição da ordem de 19% do orçamento de custeio, podendo chegar, em certos casos, a 45% de redução em investimento, ou seja, em obras e em recursos de capital.

Caso se concretize essa redução orçamentária, a rede de ensino superior público federal pode enfrentar uma crise profunda, capaz de ameaçar-lhe a estabilidade administrativa e a qualidade acadêmica. Nossas instituições estarão impossibilitadas de, na proporção exigida por suas atividades fins e suas respectivas dimensões, propiciar a manutenção regular e adequada de sua infraestrutura e das ações de ensino, pesquisa e extensão, manter e aprofundar políticas de inclusão e assistência aos estudantes em situação de vulnerabilidade, garantir as condições de segurança do patrimônio e da comunidade universitária, honrar ou preservar os contratos atuais de prestação de serviços, prosseguir com o investimento necessário em equipamentos, concluir obras paradas ou em andamento, compensar com seu próprio orçamento cortes que estão sendo praticados por outros órgãos federais, a exemplo, recentemente, de bolsas pelo CNPq e do custeio da pós-graduação pela CAPES.

A Universidade Federal da Bahia, especificamente, pode vir a ser atingida nos seguintes itens:

1. Recursos para o funcionamento e manutenção (custeio) da UFBA reduzidos em 19% na PLOA 2017 em relação ao ano de 2016, afetando serviços de limpeza, portaria, vigilância, transporte, etc.;
2. Redução da ordem de 25,4% nos recursos de capital, inviabilizando a continuidade ou a conclusão de obras fundamentais para a Universidade, bem como a reposição de equipamentos de informática, elevadores, entre outros;
3. Corte proposto no PROEXT-MEC de 49% para a UFBA, restringindo programas de extensão essenciais à formação de profissionais socialmente comprometidos;
4. Corte de 2,7% em programas de assistência estudantil, que são essenciais e cuja demanda só pode ser crescente em uma universidade como a UFBA, que há 10 anos implantou uma ampla política de cotas e na qual 20% dos estudantes se encontram em situação de vulnerabilidade;
5. Supressão da rubrica do Programa Mais Médicos, programa vinculado à manutenção dos hospitais universitários e à implantação de novas escolas médicas, visando a superar dificuldades da assistência pública à saúde e do SUS.

Nesse cenário, a regularização orçamentária alcançada pela UFBA ao início de 2016 será comprometida, o que tanto pode descontinuar iniciativas exitosas de nossa história, quanto comprometer nosso futuro como um lugar de realização dos valores universais de produção do conhecimento e de gestão democrática dos interesses públicos relacionados à formação de cidadãos, às ciências e às artes.

A Universidade Federal da Bahia tem hoje uma grande dimensão, com sua população de quase 50 mil pessoas, entre estudantes, docentes, técnicos e terceirizados. Além de polo de ensino, pesquisa e extensão de qualidade, a UFBA teve, no contexto da expansão do ensino superior público, expressivo aumento do número de estudantes de graduação, passando de 24.367 em 2008 para 33.798 em 2015, e de 3.116 para 5.379 estudantes de pós-graduação no mesmo período, tendo sido abertos vinte e nove cursos noturnos de graduação entre 2008 e 2015.

É um fato consabido que, em face dessa grande dimensão e do nosso compromisso com a qualidade acadêmica, o orçamento da UFBA encontra-se bastante defasado. Desse modo, tendo em conta esse aspecto e, ademais, os reajustes contratuais obrigatórios, a própria inflação, a necessidade de recursos para a conclusão de obras inacabadas ou em andamento, além das despesas adicionais decorrentes do funcionamento de novos prédios (a exemplo da recém-inaugurada Biblioteca de Ciências e Tecnologia Omar Catunda), a simples manutenção do atual teto orçamentário já implicaria uma restrição severa para a UFBA. Em sendo assim, se a mera manutenção do teto seria insuficiente, uma redução qualquer é inaceitável.

É verdade que enfrentamos contingenciamentos e cortes nos dois últimos anos. Enquanto estiveram vigentes, tiveram impacto bastante negativo; e a UFBA, com claro sucesso, lutou contra eles. Entretanto, um orçamento diminuído é algo mais grave, pois significa consolidar em lei o que antes fora circunstância adversa. Com isso, contratos de serviços continuados teriam que ser reajustados à disponibilidade orçamentária, o que poderá significar uma redução danosa e indesejável de serviços essenciais, defrontando-nos de modo abrupto e terminante com restrições fiscais talvez inamovíveis e cujo impacto, nesse caso, será de longa duração.

Há, porém, tempo hábil para reverter esse grave equívoco. A Reitoria da UFBA vem assim apelar aos parlamentares que vão examinar e decidir sobre essa matéria; vem apelar, em especial, aos parlamentares da bancada baiana, que tão bem conhecem a UFBA e as demais instituições federais de ensino do nosso Estado, de modo que, sensíveis à importância estratégica das universidades públicas, não permitam o comprometimento de conquistas da sociedade brasileira, nem que sejamos compelidos a soluções que atinjam os próprios fundamentos de nossa estrutura acadêmica e o cumprimento de nossa missão.

Nossa sociedade tem o dever de escapar às premissas desse dilema. Afinal, nossas instituições não podem ser constrangidas a fazer cortes que lhes sacrifiquem a qualidade ou lhes comprometam obrigações, nem devem ser levadas, à força, a saídas que maculem suas notas características mais essenciais, contidas no compromisso do Estado brasileiro com o ensino superior público, gratuito, inclusivo e de elevada qualidade.

Reitoria da Universidade Federal da Bahia

Disponível em: <https://www.ufba.br/noticias/redu%C3%A7%C3%A3o-do-or%C3%A7amento-compromete-universidades-federais>

JORNAL A TARDE PUBLICA MATÉRIA SOBRE O CORTE NO ORÇAMENTO

Na última sexta-feira (12), o jornal A Tarde publicou uma matéria sobre a mobilização das universidades frente à possibilidade de redução do orçamento para as universidades federais. O texto apresenta a situação da UFRB por meio das falas do presidente da APUR, professor Antonio Eduardo Oliveira, e do discente Paulo Ricardo Reis.



Na oportunidade, o presidente da APUR fala da mobilização que será feita: “A APUR vai convocar uma assembleia no início deste semestre, juntamente com servidores e o movimento estudantil para discutir a situação dos docentes e dos funcionários”,

explicou o presidente da entidade”; e também critica a decisão do MEC de fazer cortes no orçamento: “a intenção deste governo é promover uma política de ataque à educação. A UFRB não tem conseguido cumprir o contrato com os terceirizados por conta do atraso nos repasses do Governo Federal, e a tendência é que as federais, especialmente as novas, sejam sucateadas”.

Já na fala do discente Paulo Ricardo, “este corte faz parte de um projeto que já havia sido desenhado há tempos pelo PMDB, DEM e coligados, que buscavam privatizar a educação”.

NOTA PÚBLICA DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFES SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA ATUAL

A Associação de Docentes da Ufes (Adufes), ciente de seu papel como instituição de articulação e resistência política, vem a público manifestar repúdio à tentativa de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, que se configura como Golpe de Estado, orquestrado por forças conservadoras contrárias aos interesses das classes trabalhadoras. Mantendo sua postura de independência em relação às disputas políticas de natureza partidária, mas ratificando sua história de crítica e de resistência contra toda forma de ataque aos direitos dos trabalhadores brasileiros, a Adufes denuncia o caráter inequivocamente ilegítimo da tentativa de impedimento de uma presidenta eleita pelo voto popular contra a qual não há comprovado, até o momento, crime de responsabilidade imputável.

Entendemos que a tentativa de impeachment em curso recalitra contra todos os princípios do processo democrático e da ordem constitucional brasileira, estabelecendo-se a partir de práticas de exceção, tal como evidenciou o próprio Presidente Interino Michel Temer, quando afirmou recentemente que se trata de um julgamento político e não jurídico – condição que fere os preceitos constitucionais por não se ater a matéria jurídica e a dados comprovados, o que, sem dúvidas, abre precedente para uma grande insegurança política e jurídica quanto aos cargos políticos no Brasil.

A Adufes repudia igualmente todas as consequências desse processo espúrio de tomada do poder pelas forças conservadoras, que, sob a alegação de ajuste fiscal, contra o qual já lutávamos no Governo Dilma e que ora se apresenta de forma muito mais agressiva, avança sobre direitos fundamentais em quase todas as searas da construção da cidadania (trabalho, moradia, educação, saúde, soberania nacional em relação à matriz energética etc.). Dentre essas medidas, destacaremos aquelas que, da perspectiva da Educação, da Universidade, do Serviço Público e do Trabalho, expressam o ataque direto a conquistas históricas e o grande retrocesso que já se afigura, mas que deve se agravar rapidamente, caso o processo de impeachment e a instalação desse poder ilegítimo tenham êxito.

Repudiamos veementemente a extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia; a extinção do Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial; as declarações do Ministro interino da Saúde que sinalizam na direção do desmonte do Sistema Único de Saúde, com a defesa da expansão dos planos de saúde em lugar de um sistema público disponível a todos os cidadãos; os problemas indicados pela lógica que subjazeu à anexação do Ministério da Cultura ao Ministério da Educação, posteriormente desfeita; a tentativa de proibição do debate e da resistência política em espaços públicos e em espaços institucionalizados; o desmonte do Conselho Nacional de Educação; a interrupção do Plano Nacional de Educação; o esvaziamento do Fórum Nacional de Educação, instância que abriga ampla representação, além de possibilitar a interlocução entre a sociedade civil e o governo; a lógica que vem pautando a defesa e a construção de uma Base Curricular que desconsidera as discussões, práticas e pesquisas historicamente articuladas no campo da Educação; a criminalização dos trabalhadores da Educação por meio de iniciativas como “Escola Livre” ou “Escola Sem Partido”; a suspensão de concursos públicos e contratações pelos próximos anos e a vinculação das progressões dos servidores à disponibilidade orçamentária (sem uma auditoria pública da dívida da União); o fim do programa Ciências sem Fronteiras para a graduação e a suspensão ou corte de bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, entre outros cortes orçamentários na esfera educacional, da educação infantil à pós-graduação.

Nós repudiamos também todas as medidas que vêm sendo cogitadas e anunciadas, muitas através de Projetos de Lei e Projetos de Emenda Constitucional em tramitação, como parte do pacote de retrocessos para os trabalhadores e para o país, de modo geral: aumento da jornada de trabalho; terceirização do trabalho; fim da estabilidade do servidor público; reforma do sistema de previdência/aposentadoria, aumentando o tempo de contribuição; a entrega da operação nos campos do petróleo a empresas estrangeiras e a anulação da exclusividade da Petrobrás na exploração do pré-sal; o cancelamento de investimentos na educação e na saúde oriundos do Fundo Nacional do Pré-Sal; e, por fim, os rumores relativos ao fim da universidade pública.

Repudiamos, por fim, os contornos dessa coalizão de forças que age em prol do impeachment, envolvendo setores da economia, do judiciário, da mídia e da política, que, tentando desacreditar e deslegitimar as lutas dos partidos de esquerda, em suas variadas tendências, desfere golpe contra nosso Estado Democrático de Direito, violando a constituição e a democracia brasileiras, cuja defesa hoje se torna um dever dos estudantes, intelectuais, pesquisadores, professores e técnicos das universidades brasileiras.

PLP 257/16: SAIBA O QUE FOI VOTADO E OS PRÓXIMOS PASSOS DA MATÉRIA

Em função das votações do Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 realizadas nos dias 9 e 10 de agosto de 2016 no plenário da Câmara dos Deputados produzimos a presente nota legislativa que faz a análise da situação das condicionantes e os próximos passos de tramitação da proposta.

O projeto, de autoria do Poder Executivo, trata do refinanciamento das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União por 20 anos.

Proposição inicial e suas condicionantes

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, enviado ao Congresso Nacional no dia 22/03/2016 pelo Poder Executivo busca autorizar o refinanciamento da dívida dos estados e do Distrito Federal, mas terá efeito negativo para o conjunto dos servidores públicos das três esferas de governo.

O projeto prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal que aprofundam as restrições em relação aos servidores da União, dos estados, do DF e municípios, e impõe uma série de exigências fiscais como condição para adesão ao plano de auxílio aos estados e ao Distrito Federal.

Para ter direito ao refinanciamento da dívida com o acréscimo de até 240 meses ao prazo total, que poderá chegar a 360 meses, e redução de 40% no valor das prestações por 24 meses, o projeto exige, como contrapartida, que os entes federativos, no prazo de 180 dias da assinatura dos termos aditivos contratuais, sancionem e publiquem leis determinando a adoção, durante os 24 meses subsequentes, das seguintes medidas:

- 1) corte de 10% das despesas mensais com cargos de livre provimento;
- 2) não concessão de aumento de remuneração dos servidores a qualquer título;
- 3) suspensão de contratação de pessoal, exceto reposição de pessoal nas áreas de educação, saúde e segurança e reposições de cargos de chefia e direção que não acarretem aumento de despesa; e
- 4) vedação de edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira.

Em nome da responsabilidade da gestão fiscal, determina, ainda, que os entes aprovelem normas contendo, no mínimo, os seguintes dispositivos:

- a) instituição do regime de previdência complementar, caso ainda não tenha publicado outra lei com o mesmo efeito;
- b) elevação das contribuições previdenciárias dos servidores e patronal ao regime próprio de previdência social (sendo a elevação para pelo menos 14%, no caso dos servidores);
- c) reforma do regime jurídico dos servidores ativos, inativos, civis e militares para limitar os benefícios, progressões e vantagens ao que é estabelecido para os servidores da União;
- d) definição de um limite máximo para acréscimo da despesa orçamentária não financeira a 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior;
- e) instituição de monitoramento fiscal contínuo das contas do ente, de modo a propor medidas necessárias para a manutenção do equilíbrio fiscal; e
- f) instituição de critérios para avaliação periódica dos programas e projetos do ente.

Ainda em relação às exigências aos estados e ao Distrito Federal como condição para a renegociação, o projeto impõe, como contrapartida à amortização, em caráter provisório, dos contratos de refinanciamento celebrados, que sejam entregues à União bens, direitos e participações acionárias em sociedades empresariais, controladas por estados e pelo Distrito Federal, os quais deverão ser alienados (privatizados/vendidos) pela União em até 24 meses, podendo esse prazo ser prorrogado por mais 12 meses. Ou seja, a União se tornará um novo motor de privatizações de empresas estatais dos Estados nas áreas de saneamento, transportes, gás, tecnologia da informação, portuárias, de energia, de abastecimento, etc.

O projeto também vincula o crescimento das despesas das três esferas de governo a um percentual do PIB e define limite do gasto, com mecanismo automático de ajuste da despesa para fins de cumprimento da meta de superávit, em até três estágios sequenciais, sucessivamente, de acordo com a magnitude do excesso de gastos dos entes envolvidos em verificações trimestrais ou quando da elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os estados deverão adotar leis que fixem como limite máximo para o acréscimo da despesa orçamentária não financeira a 80% do crescimento nominal da receita corrente líquida do exercício anterior. O Plano Plurianual deverá passar a prever regras para a despesa com pessoal de todos os Poderes e do Ministério Público, estabelecendo, inclusive, limites em percentual do crescimento da receita corrente líquida para o crescimento da despesa total com pessoal.

Estágios da Reforma Fiscal

No primeiro estágio, as ações consistiriam:

- 1) vedação da criação de cargos, empregos e funções ou alteração da estrutura de carreiras, que impliquem aumento de despesa;
- 2) suspensão da admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento, aquelas que não impliquem em aumento de gastos e as temporárias para atender ao interesse público;
- 3) vedação de concessão de aumentos de remuneração de servidores acima do índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA;
- 4) não concessão de aumento real para as despesas de custeio, exceto despesa obrigatória, e discricionárias em geral; e
- 5) redução em pelo menos dez por cento das despesas com cargos de livre provimento.

No segundo estágio, caso as restrições do primeiro estágio não sejam suficientes para manter o gasto público primário abaixo do limite estipulado, seriam necessárias ainda as seguintes medidas:

- a) vedação de aumentos nominais de remuneração dos servidores públicos, ressalvado o disposto no inciso X do art. 37 da Constituição Federal (revisão geral anual);
- b) vedação da ampliação de despesa com subsídio ou subvenção em relação ao valor empenhado no ano anterior, exceto se a ampliação for decorrente de operações já contratadas;
- c) não concessão de aumento nominal para as despesas de custeio, exceto despesas obrigatórias, e discricionárias em geral; e
- d) nova redução de pelo menos dez por cento das despesas com cargos de livre provimento.

E, por fim, no terceiro estágio, se os dois estágios anteriores não tiverem sido suficientes para adequar o gasto público, seriam ativadas as seguintes medidas:

- I) suspensão da política de aumento real do salário mínimo, cujo reajuste ficaria limitado à reposição da inflação;
- II) redução em até 30% dos gastos com servidores públicos decorrentes de parcelas indenizatórias e vantagens de natureza transitória; e
- III) implementação de programas de desligamento voluntário e licença incentivada de servidores e empregados, que representem redução de despesa.

Entre as muitas medidas de ajuste e transparência das contas públicas, passam a ser computados como despesa de pessoal os valores de contratação de terceirização de mão-de-obra e também os repassados para organizações da sociedade civil para contratação de pessoal para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ou seja, por meio de convênios, termos de parceria e outras formas.

Passam a ser considerados nulos de pleno direito os atos que resultem aumento da despesa de pessoal com parcelas a serem implementada em períodos posteriores ao final ao mandato do titular do Poder. É reduzido de 95% para 90% do limite de despesa com pessoal fixado para o ente estatal ou Poder, o “limite prudencial” a partir do qual é suspensa a concessão de vantagens, aumentos ou reajustes derivados de determinação legal. Até mesmo a política de aumentos reais para o salário será suspensa, caso as medidas para redução de despesas não sejam suficientes para o atingimento dos limites de gasto em proporção do PIB.

Estas, em síntese, são as medidas propostas no PLP 257/2016, de iniciativa do Poder Executivo Federal. Como se pode ver, o projeto adota uma política de ajuste fiscal e controle de gasto, de redução do papel do Estado e estímulo à privatização e, principalmente, de corte de direitos dos servidores públicos.

Alterações feitas na Câmara dos Deputados

Durante a fase de tramitação em regime de urgência no plenário da Câmara dos Deputados é possível fazer uma avaliação acurada das alterações produzidas até o momento. Ressaltasse que o processo de votação ainda não foi concluído na Casa.

O PLP 257/2016 foi alterado com a aprovação da Subemenda Substitutiva Global (proposta pelo relator, deputado Espiridião Amin – PP/SC) e da Emenda Aglutinativa (proposto pelos líderes partidários).

Essas alterações resultaram numa nova proposta. Foram contempladas as reivindicações dos servidores públicos com a retirada das condicionantes previstas para assinar aditivos, na aprovação de Leis de Responsabilidade Fiscal e as contidas para redução das parcelas. Também foram retiradas outras restrições caso as condicionantes não fossem suficientes para a reforma fiscal dos Estados. Dentre elas, a proposta inicial previa:

- A vedação do reajuste do salário mínimo acima da previsão de variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC para o ano de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou outro índice que venha a substituí-lo;
- Redução em até 30% dos gastos com servidores públicos decorrentes de parcelas indenizatórias e de vantagens de natureza transitória; e
- Implementação de programas de desligamento voluntário e de licença incentivada de servidores e empregados, que representem redução de despesa.

A proposta teve avanços evidentes em relação a proposta inicial. No entanto, foi mantido na Emenda Aglutinativa uma restrição ao serviço público e, particularmente, aos servidores públicos, quando prevê que o crescimento anual das despesas primárias correntes será limitado à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo – IPCA.

Portanto, as alterações feitas até o momento no PLP 257/2016, suprimiram dispositivos de estímulo à privatização e, principalmente, de corte de direitos dos servidores públicos, mas manteve uma política de ajuste fiscal e controle de gasto de redução do papel do Estado.

Voto dos parlamentares

Ao todo foram realizadas oito votações nominais entre os dias 9 e 10 de agosto. Dentre elas destacamos as seguintes votações: a) aprovação da Subemenda Substitutiva Global apresentada pelo relator, deputado Esperidião Amin (PP-SC), que manteve o refinanciamento das dívidas dos estados condicionado a proibição de reajuste de servidores públicos por 24 meses e o teto de gasto público pela aplicação do IPCA; b) rejeição do destaque do PDT da Emenda 293, que propôs manter na Subemenda Substitutiva Global somente os dispositivos que tratam da renegociação das dívidas dos Estados (Art. 1 a Art. 3); e c) aprovação da emenda aglutinativa nº 2, que suprimiu do artigo 4, o inciso II, que proibia o reajuste da remuneração dos servidores públicos. A emenda mantém o limite de gasto pela aplicação do IPCA, principal impasse durante todo o processo de votação.

Por sua vez para garantir 257 votos necessários para votação da proposta o governo teve dificuldade para alinhar o apoio da sua base. Foram duas semanas de negociação para convencimento do chamado apoio condicionado e obter um apoio médio de 264 votos, desconsiderando a votação da Emenda Aglutinativa que teve apoio de todos os partidos políticos.

Na votação da Subemenda Substitutiva Global, principal votação realizada, foi obtido o placar de 282 votos. Considerado que havia feito acordo para modificação do artigo 4, principal impasse no processo de votação. Confirma quadro de apoio ao atual governo no PLP 257

Tramitação

Concluído a votação dos destaques na Câmara dos Deputados será produzida a redação final e enviada para análise do Senado Federal.

No Senado, a proposta receberá novo número e será despachada para as comissões permanentes. Tudo indica que será apresentado requerimento de urgência para que a proposta seja discutida e votada diretamente no plenário do Senado da mesma forma que ocorreu na Câmara dos Deputados. No plenário poderão ser oferecidas emendas para inclusão de novos dispositivos bem como supressão dos atuais.

O Projeto de Lei Complementar 257 necessita de quórum qualificado para votação, sendo preciso 41 votos para aprovação no Senado. Caso seja alterada, a proposta deve retornar para análise da Câmara dos Deputados e, após, vai à sanção. Sendo mantida a redação aprovada na Câmara, será enviada imediatamente à sanção do Presidente da República.

REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE ABORDARÁ OS 'LIMITES DO CAPITAL' COMO TEMA CENTRAL

Colaboradores podem enviar materiais para seleção até o dia 30 de setembro

A ser lançado em janeiro de 2017, no 36º Congresso do ANDES-SN, o número 59 da revista Universidade e Sociedade abordará a temática "Limites do capital: questões urbanas, agrárias, ambientais e ciência e tecnologia". O lançamento do edital para colaboração e envio de materiais foi feito por meio da circular Nº 224-16, enviada no último dia 2.

Ana Estevão, 1ª vice-presidente Regional São Paulo e integrante do Conselho Editorial da revista explica a definição da temática. "A escolha da temática para o próximo número da revista Universidade e Sociedade foi uma deliberação do Conad. Vamos abordar questões relacionadas à Ciência e Tecnologia e ainda sua relação com questões ambientais, de sustentabilidade e para a qualidade de vida.", explicou.

Os artigos temáticos devem ser enviados até o dia 30 de setembro. Também serão aceitos artigos sobre questões da educação superior brasileira tais como: estrutura da universidade, sistemas de ensino, relação entre universidade e sociedade, política

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8301>



Os artigos devem ser enviados para o email andesregsp@uol.com.br e obedecer à normatização publicada na circular nº 224/2016.

Publicação - A Revista Universidade e Sociedade é uma publicação semestral, editada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, cujo intuito é fomentar as pesquisas, debates e experiências no âmbito da pesquisa acadêmica bem como oriundas das experiências sindicais e sociais acerca de temas de relevância para as lutas empreendidas pelos docentes em busca de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, em âmbito nacional.

PEC 241/16 PREVÊ MEDIDAS QUE ATACAM SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Na última terça-feira (9), a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados debateu e aprovou, por 33 votos a 18, a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição 241/2016; um dos mais duros golpes que o governo interino de Michel Temer quer aplicar à cidadania.

A PEC 241/16 determina um novo teto para o gasto público, que terá como limite a despesa do ano anterior corrigida pela inflação. A proposta é que a PEC congele gastos públicos por 20 anos, o que pode ocasionar o sucateamento da saúde, da educação e da Previdência Social.

A PEC 241 será seguida de outras medidas de ajuste, que serão adotadas em nível infraconstitucional. As que já estão colocadas são: 1) a dispensa de servidor por insuficiência de desempenho, 2) mudanças nos critérios de progressão e promoção de servidores, 3) restrições na concessão de pensões, nas aposentadorias por invalidez e no auxílio-doença, e 4) novo arrocho na concessão do abono do PIS/Pasep e do seguro-desemprego.

Nota-se, dessa forma, que o principal alvo da PEC 241/16 são os servidores públicos. Pelo menos quatro pontos previstos na PEC dizem respeito ao gasto com pessoal, mediante a proibição de qualquer medida que amplie a despesa, como: 1) de reajuste salarial; 2) de criação de novos cargos ou funções; 3) de reestruturação de carreira; e 4) realização de concursos públicos.



A possibilidade de aprovação da PEC 241/16 tem preocupado bastante as nossas universidades. O reitor da UFRJ, Roberto Leher, fez uma crítica à PEC, afirmando que "com o congelamento haverá uma redução de gastos sociais da ordem de 8% do PIB nos próximos 10 anos o que inviabiliza a possibilidade de manutenção de um sistema público de educação e saúde".

Para a professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Gentil, a proposta rasga a Constituição e conduz ao desmantelamento do Estado social. Segundo ela, "os trabalhadores terão que dedicar parcela da sua renda para pagar serviços que antes eram fornecidos pelo Estado".

Contra o Ajuste Fiscal e a retirada de direitos

FORA TEMER

Rumo à greve geral!

ANDES SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

Contra a política de conciliação de classe

Auditoria da Dívida Pública

O ILUSIONISMO DA CORRENTE MAJORITÁRIA DO ANDES: PARA QUE SERVE O “FORA TEMER” APROVADO NO 61º CONAD?

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

Nos dias 6 e 7 de agosto aconteceu a reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino do ANDES-SN, que discutiu a conjuntura política e as ações contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/16, que, entre outras medidas, ataca duramente os direitos dos servidores públicos, congelando salários e retirando recursos em educação e saúde.

Antes da reunião do setor, foi realizada no dia 5 (sexta-feira) uma importante reunião conjunta do GTS (grupos de trabalho) do Andes e dos sindicatos que integram o setor das IFES do Andes. O tema central foram os ataques do governo Temer aos trabalhadores, ao desenvolvimento científico e ao ensino superior. Discutiu-se a lei da mordaza nas escolas com o projeto da “Escola sem Partido”, a situação do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), bem como o marco regulamentário da Lei de Inovação e tecnologia, entre outras medidas que impactam negativamente na autonomia científica, na carreira docente e na própria existência do caráter público das universidades e instituições de ensino superior.

A necessidade da construção da unidade do movimento docente e do fomento de uma agenda nacional de mobilização em defesa da educação e contra os ataques promovidos pelo governo Temer foi a principal conclusão do evento.

A unidade proposta pela diretoria: nenhuma luta contra o golpe

Entretanto, quando da discussão no setor nos dias seguintes, sobre a atualização da conjuntura política e mais ainda quando na votação dos encaminhamentos, ficou evidente que a diretoria do Andes não apenas não apresenta efetivamente nenhuma proposta de unidade para enfrentar os duros ataques do governo golpista, como continua com a sua política de paralisia e de encobrimento do golpe.

Durante o debate no setor das federais, os posicionamentos apresentados eram não somente os mesmos (PT= direita; o governo Temer é continuador de Dilma, que os “governistas” (agora ex) são principais adversários etc, como procurou tratar o golpe como coisa consumada, pois “esse debate sobre golpe é coisa do passado”.

A unidade oferecida magnanimamente pela esquerda burguesa (PSOL, PCB, PSTU e o sua racha) ao movimento docente e ao conjunto dos trabalhadores simplesmente se reduz a não fazer nada contra o golpe, em nome da “unidade” devemos levantar um “Fora Temer”, que, na verdade, é uma legitimação do golpe, pois aceita o próprio golpe que levou ao governo Temer como fato consumado e continua insistindo que não existe golpe algum, quando até mesmo os golpistas têm dificuldades em esconder.

O leitor de boa fé poderia indagar, por que não aceitar a mão estendida e fazer uma unitária mobilização simplesmente pelo “Fora Temer”? Afinal, não seria um ponto comum de todos os “lutadores”, um denominador comum, etc, etc a palavra de ordem “Fora Temer”, sem colocar mais nada. Fora Temer (e ... nada mais, apenas ponto final).

Assim, quem quer o “volta Dilma”, e quem quer “novas eleições”, ou qualquer outra coisa poderia participar do movimento conjunto em nome da luta unitária contra o Temer (golpista ou não, a depender do “manifestante”). A proposta abstrata gera confusão, pois esconde o verdadeiro sentido do governo Temer e do significado do golpe para a realização de ataques em todas as linhas contra os direitos dos trabalhadores e do povo em conjunto.

A negativa da diretoria do Andes em reconhecer que o governo Temer é fruto de um golpe significa que ela faz unidade com os golpistas?

Uma primeira questão a ser salientada é a total falta de concretude na avaliação política por parte dos grupos que dirigem o Andes, pois simplesmente erram completamente ao fazer análise da conjuntura e traçar a política do sindicato diante da crise política. E mesmo diante de todas as evidências e do completo erro em apresentar um prognóstico político minimamente coerente, a velha e a “nova” diretoria continuam caninamente seguindo o sectarismo do fracassado PSTU (dividido em mil pedaços).

Durante toda a crise, o grupão da esquerda pequeno burguesa que controla o sindicato nacional sempre negou a menor possibilidade da derrubada do governo Dilma. Mesmo depois da abertura formal do processo de impeachment, a diretoria do Andes e toda a intelectualidade da esquerda acadêmica afirmavam de pé junto que o governo não cairia, uma vez que a direita e o PT eram a mesma coisa, e que os capitalistas estavam totalmente satisfeitos com o governo, e que o impeachment, e mais ainda, um golpe era tão somente uma “narrativa” inventada pelos governistas.

Agora, após o afastamento da presidenta Dilma pelo senado, um truque muito usado pela esquerda pequeno burguesa é aproveitar a própria capitulação dos partidos da frente popular em relação ao golpe, como o PCdoB e setores do PT e o declínio momentâneo do movimento “Não vai ter golpe” como álibis convenientes para afirmar que não existe golpe, e que agora precisamos nos concentrar apenas na pauta dos direitos e outras coisas.

Neste sentido, independente do resultado da balança da correlação de forças entre os golpistas e o movimento anti- golpe, e até mesmo do papel negativo de capitulação que setores que outrora lutaram no movimento “Não vai ter Golpe”, é um preciso para enfrentar o governo Temer em primeiro lugar uma caracterização política adequada e correta.

Fora Temer aprovado no 61º Conad apenas uma demagogia para esconder a paralisia do Andes na crise política e diante do golpe de estado

Até mesmo a resolução abstrata de um Fora Temer, que não se posiciona sobre o golpe e mais ainda se recusa a lutar contra o impeachment, aprovado no 61º Conad pelo grupo dirigente do Andes (a diretoria do Andes e seus apoiadores nas sindicais) se recusam a implementar.

O que significa então a unidade proposta? Para que serve o “Fora Temer” aprovado no Conad?

Vamos tentar discutir essas e outras questões postas pela prática farsante da esquerda pequeno burguesa, que nada mais é do que expressão de uma capitulação política diante da direita reacionária no momento do golpe de estado.

Uma questão fica em descoberto, independente das manobras, a completa falência de um grupo político, que não é somente a diretoria do Andes (como eles e elas reclamaram corretamente na reunião do setor), mas representa o colapso da política da esmagadora maioria das Ads (seções locais) que com diferenças pontuais adotam a mesma política de apoio à direita da esquerda pequeno burguesa da CSP.

Na reunião, havia uma queixa de que a oposição precisaria “aprender a perder”, pois o 61º Conad havia aprovado que não existe golpe, e pelo voto a “base” aprovou que o Andes não devia “lutar contra o impeachment”.

A aprovação dessa política golpista gerou uma profunda indignação na base, que se expressa no descontentamento em diversas seções sindicais, em alguns lugares abaixo assinados e cartas públicas para realização de assembleias para discutir a posição do Andes, chegando ao extremo de propostas de desfiliação do Andes como na assembleia da UFPI. (voltarei a este tema em outra oportunidade).

No balanço da conjuntura foi feita a polêmica, mas na hora dos encaminhamentos que ficou evidente a serventia do “Fora Temer” como ilusão do contorcionismo da esquerda pequeno burguesa.

Primeiramente, notou-se, que a diretoria do Andes corretamente mandou fazer diversos adesivos, contra o PL 257, contra a escola sem mordaza, entretanto a mesma ‘esqueceu’ de fazer sobre o Fora Temer, não fez faixas e nem um panfleto nacional. Isso é um sinal, mas vamos ser condescendentes, afinal se errar é humano, “esquecer” é mais ainda.

O mais importante foi discutido no ponto 5 (Encaminhamentos). No tópico ações de mobilizações, e mais precisamente no item 4 “Criação de comissões de mobilização nas IFE com vistas a mobilização da categoria para os enfrentamentos contra a PEC 241, PLP 257, Escola sem Mordaza, contrarreforma da previdência e trabalhista.” (RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES 6/7 de agosto, p.6).

A proposta de inclusão do Fora Temer como uma ação de mobilização foi recusada pelo setor, a partir da recusa do grupo formada pela diretoria do Andes e seus representantes nos seções sindicais. Essa rejeição demonstra de maneira cabal que o Fora Temer é uma proposta de unidade apenas para não ter luta efetiva, e a própria diretoria do Andes, ou melhor, o Grupão oportunista da esquerda pequeno burguesa não “sabe ganhar”, pois nem mesmo a proposta abstrata e limitada aprovada no 61º Conad não foi implementada.

Antes do 61º Conad, na reunião setor das IFES do Andes, nada poderia ser realmente discutido e nenhuma proposta sobre a conjuntura poderia ser aprovada, pois era preciso esperar a instância superior. Agora, o setor não pode implementar uma luta contra os ataques do governo Temer e nem usar os limites do que foi aprovado no Conad.

O movimento docente deve buscar a unidade para enfrentar o golpe da direita e seus ataques aos nossos direitos, buscando, inclusive, ações conjuntas no interior do Andes. Para isso é preciso dizer de maneira direta: precisamos construir uma nova direção que rompa com a política capituladora da esquerda pequeno burguesa (PCB, PSOL, PSTU e seu racha) que controla o sindicato nacional.

UFRB ACONTECE

4º JOGOS UNIVERSITÁRIOS DO CCAAB
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

22 de outubro de 2016

PROMOÇÃO: DIREÇÃO CCAAB / GESTÃO 2013-2017

MODALIDADES: Futsal (masculino e feminino)

PARTICIPANTES: Servidores Docentes e Técnico-Administrativos do quadro do CCAAB; Discentes de Graduação e Pós-Graduação, Regularmente matriculados no semestre vigente

CRONOGRAMA	
Inscrições das equipes	26 de julho a 30 de setembro de 2016
Congresso Técnico	10 de outubro de 2016
Jogos	22 de outubro de 2016

LOCAL: Ginásio de Esportes do Centro de Referência Esportiva do Recôncavo/UFRB

Regulamento e formulário de inscrição disponíveis no endereço: www.ufrb.edu.br/ccaab Menu Jogos Universitários

Maiores informações: Assessoria Especial de Programas Estratégicos (AEPE)
e-mail: ccaab.asepe@ufrb.edu.br
Tel.: 3621-9697
AEPE - Sala 03, sede do CCAAB

PROPAE

Confirmação de Matrícula para Ingressantes 2016.1

De 31/08 a 05/09, no Núcleo de Gestão Técnico Acadêmico

Em todos os Centros de Ensino da UFRB

Paulo e Matheus são estudantes da UFRB

PROGRAMA DE MONITORIA 2016.1

Quer agregar mais experiência ao seu currículo?

Seja um Monitor em 2016.1!

Inscrições Abertas!
(De 02 a 26/08/16)

#ASCOMCCS

CONCURSO CULTURAL 10 ANOS de extensão

SEU TRABALHO PODE SER **CAPA DE REVISTA**

PÚBLICO-ALVO: TÉCNICOS DISCENTES DOCENTES DA UFRB

Até dia **15/09**

PINTURA
ESCULTURA
CHARGE
FOTOGRAFIA
COLAGEM
CARTOON
GRAVURA

Dúvidas?
revistaextensao@ufrb.edu.br
(75) 3621-4315

Revista **ReXt** UFRB

MAIS INFORMAÇÕES
www.ufrb.edu.br/revistaextensao

IV RECONCITEC
Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia
Educação, Desenvolvimento e Integração Social

30 de novembro a 02 de dezembro de 2016

Inscrições *on-line* para participantes do evento
20/07 a 09/10/2016

Inscrições para submissão de trabalho
20/07 a 09/09/2016

EU SOU APUR

e você?

EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR?
SÓ SE FOR COM QUALIDADE

Democrático, *construindo a pauta docente com a categoria*

Atuante, *exigindo respostas para os problemas que assolam a universidade*

Multicampi, *ouvindo e representando os docentes na unidade*

Participativo *nas discussões e lutas da categoria no cenário nacional*

Combativo, *lutando pelos direitos e interesses da categoria docente*

Inserção nas lutas *do cenário nacional*

CONVÊNIOS

Sesc

LIVRARIAS E CURSOS

AR

ALINO & ROBERTO
E ADVOGADOS

 www.apur.org.br

 Tel. (75) 3621.4473

Filie-se ao seu sindicato!



APUR

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO